

LEI Nº 2.332 DE 30 DE JUNHO DE 1997.

***DISPÕE SOBRE A POLÍTICA
MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
E CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E O FUNDO
MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL***

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou, e eu **PREFEITO MUNICIPAL** de Alegre, sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E PRINCÍPIOS**

Art. 1º - Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALEGRE - COMASA, nos termos da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social, órgão colegiado de caráter deliberativo, permanente e de composição paritária, vinculado ao órgão municipal responsável pela coordenação da Política da Assistência Social, cujos membros terão mandato de 02 (dois) anos, permitindo uma única recondução.

Art. 2º - A Assistência Social realiza-se de forma integrada às demais políticas setoriais, como também, a participação da população, através de organizações representativas e legais, na formulação das políticas e controle das ações em todos os níveis.

**CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS**

Art. 3º - Proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, através da execução de benefícios, de serviços, programas e projetos condizentes.

Art. 4º - Promoção da integração ao mercado de trabalho.

Art. 5º - Garantia de atendimento dos benefícios eventuais através do pagamento ao auxílio natalidade e funeral, cujos recursos devidos serão repassados pelo Estado através dos Conselhos Estadual de Assistência Social.

**CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO**

Art. 6º - O Conselho Municipal de Assistência Social terá a seguinte estrutura:

I - Secretaria Executiva, composta de presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários;

II - Comissão constituída por deliberação do plenário;

III - Plenário.

Art. 7º - O Regimento Interno do Conselho fixará os prazos legais de convocação e demais dispositivos referentes as atribuições dos membros da Secretaria Executiva, das Comissões e do Plenário.

Art. 8º - O Conselho Municipal de Assistência Social é composto por 14 (quatorze) membros e respectivos suplentes, respeitando-se a paridade que se segue:

I - 07 (sete) Representantes do Poder Público Municipal, escolhidos em seu Foro próprio, especialmente :

a - 01 (um) Representante da Secretaria Municipal de Ação Social e Direitos Humanos;

b - 01 (um) Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto;

c - 01 (um) Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;

d - 01 (um) Representante da Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento;

e - 01 (um) Representante da Secretaria Municipal de Obras e urbanismo;

f - 01 (um) Representante da Secretaria Municipal de Administração ;

g - 01 (um) Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

II - 07 (sete) Representantes da Sociedade Civil, escolhidos em seu Foro próprio, sob a fiscalização do Ministério Público, respeitando-se os seguintes segmentos.

a - 01 (um) Representante que atue na Área de idosos;

b - 01 (um) Representante que atue na Área de crianças;

c - 01 (um) Representante que atue na Área de associações comunitárias;

d - 01 (um) Representante que atue na Área de Igrejas ou Organizações Religiosas;

e - 01 (um) Representante que atue no Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

f - 01 (um) Representante que atue na Área de Entidades Prestadoras de Serviços; .

g - 01 (um) Representante que atue na Área do Conselho Comunitário Municipal.

§ 1º - Uma vez eleita, a entidade da sociedade civil terá o prazo de 10 (dez) dias para indicar seus representantes , não o fazendo, será substituído pela entidade suplente, conforme ordem de convocação .

§ 2º - Os Conselheiros serão nomeados e empossados por ato do Prefeito Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da indicação dos representantes das entidades da sociedade civil.

§ 3º - O Conselho Municipal de Assistência Social será presidido por um de seus membros definidos no item I do presente artigo, por designação do Executivo Municipal, para mandato de 01 (um) ano, permitindo uma única recondução por igual período.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DO COMASA

Art. 9º - São atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social:

I - Definir e avaliar a política municipal de Assistência Social, e fixar diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano de Assistência Social;

II - Apreciar e aprovar o Plano Municipal de Assistência Social;

III - Estabelecer normas para efetuar cadastro das entidades e organizações de Assistência Social no Município e manter cadastro atualizado;

§ 1º - Consideram-se entidades e organizações de Assistência Social, aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos benefícios abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

I - Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de Assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas do município;

II - Aprovar critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de Assistência Social públicas e privadas no âmbito municipal;

III - . Aprovar critérios para celebração de Contratos ou Convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de Assistência Social , no âmbito Municipal.

§ 2º - Solicitar ao Poder Executivo , sempre que necessário a realização e/ou atualização do diagnóstico sobre a situação local na área de Assistência Social.

I - Cancelar o registro das Entidades Assistenciais que incorrerem em irregularidades na aplicação dos recursos que lhes forem repassados pelos Poderes Públicos e não obedecerem aos princípios da Lei Orgânica de Assistência Social e da presente Lei.

II - Divulgar os benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público, e dos critérios para sua concessão;

III - Orientar e fiscalizar o Fundo Municipal de Assistência Social;

IV - Aprovar valores e critérios de transferências e aplicações de recursos financeiros às entidades governamentais e não governamentais de Assistência Social;

V - Deliberar sobre a aplicação dos recursos financeiros destinados à Assistência Social;

VI - Analisar e aprovar os balancetes mensais e o balancete anual do Fundo Municipal de Assistência Social;

VII - Convocar de 02 (dois) em 02 (dois) anos a conferência Municipal de Assistência Social,

VIII - Propor novas legislativas e alterações na legislação Municipal em vigor para melhor execução da política de Assistência Social;

IX - Promover e assegurar recursos financeiros e técnicos para capacitação e reciclagem das pessoas que atuam na Área de Assistência Social;

X - Convocar sempre que for necessário Assessoria especializada que forneça esclarecimentos e subsídios para as questões pertinentes;

XI - Manter intercâmbio com entidades federais, estaduais, municipais que atuem na Área de Assistência Social e solicitar Assessoria às instituições públicas das diversas esferas;

XII - Convocar Secretários e outros dirigentes municipais para prestar informações e esclarecimentos sobre ações e procedimentos que afetam a política municipal de Assistência Social;

XIII - Articular-se com os demais Conselhos Municipais afins para plena execução da Política de Assistência Social;

XIV - Incentivar a realização de estudos e pesquisas na Área de Assistência Social, com vistas a identificar situações relevantes e a quantidade dos serviços da área;

XV - Elaborar e deliberar sobre o Regimento Interno;

XVI - Preparar e organizar as eleições dos Conselheiros subsequentes;

XVII - Designar membros e/ou solicitar apoio técnico especializado para acompanhar e fiscalizar as atividades operacionais do Fundo;

XVIII - Exercer outras atribuições que lhe forem delegadas por lei.

§ 3º - A função de membros do Conselho Municipal de Assistência Social, é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

CAPITULO V
DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS
SEÇÃO I

Art. 10 - Conceder o pagamento de auxílio natalidade e funeral às famílias carentes, cuja definição será pelo Conselho, respeitando-se, preferencialmente, a família considerada "carente", à razão de 50% (cinquenta por cento) do piso nacional de salário.

Seção II
SERVIÇOS E PROJETOS

Art. 11 - Deverão ser criados e estabelecidos em lei, de acordo com as necessidades do município.

CAPÍTULO VI
DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 12 - Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social com mecanismo de financiamento dos benefícios, programas, serviços, projetos entidades/órgãos governamentais e não governamentais juridicamente organizados, estabelecidos nesta Lei, que será aplicado de acordo com as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 13 - O Fundo Municipal de Assistência Social deve atender às disposições estabelecidas pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de maio de 1964, e Lei Nº 5.164, de 27 de novembro de 1975 e suas alterações, bem como as normas vigentes baixadas pelo órgão central do sistema de administração financeira, contabilidade e auditoria.

Art. 14 - O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Ação Social e Direitos Humanos, por orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social.

SEÇÃO I
DA CONSTITUIÇÃO DO FUNDO

Art. 16 - O Fundo Municipal de Assistência Social será constituído pelo6 seguintes recursos:

- I - Transferências da União através do FNAS.
- II - Doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferência de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não governamentais;
- III - Transferência do Estado, a título de participação de custeio de pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Estadual de Assistência Social;
- IV - Receitas advindas de convênios, acordos e contratos realizados entre o Município e instituições privadas e públicas de âmbito federal, estadual e municipal, para repasse a entidades e instituições executoras, vinculadas ao COMASA e manutenção do mesmo;
- V - Rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e aplicações financeiras, respeitando a legislação vigente;

§ 1º - O saldos financeiros do fundo Municipal de Assistência Social constante do Balancete Geral Anual atinente ao exercício findo, serão transferidos para o exercício seguinte a título do mesmo fundo.

§ 2º - Os recursos que compõem o fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sob a denominação FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS.

§ 3º - O Orçamento do FMAS deverá constar do Plano de Diretor do Município . O. Orçamento do órgão da Administração direta ou indireta que tenha a responsabilidade pela execução ou coordenação de programas ou ações na Área de Assistência Social será transferido, integralmente, para o FMAS.

VI - Dotação específica para o Fundo, no mínimo de 5% (cinco por cento), consignada no orçamento municipal para assistência social e as verbas adicionais que a lei estabelecer no decurso de cada exercício.

VII - Recursos provenientes da venda de materiais, publicações e eventos, no âmbito do município.

VIII - Receitas provenientes da alienação de bens móveis do município, no âmbito da Assistência Social.

IX - As parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias, oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e

outras transferências que o FMAS terá direito a receber por força de lei e de convênios no setor;

X - Doações específicas feitas diretamente ao Fundo;

XI - Transferências de outros Fundos;

XII - Outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

Art. 16 - Os recursos do Fundo Municipal Assistencial Social - FMAS, terão a seguinte destinação:

I - Efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelo COMASA.

II - Apoio financeiro aos serviços, programas e projetos de enfrentamento da pobreza em âmbito municipal:

III - Atender às ações assistenciais de caráter emergência! e benefícios eventuais para atender necessidades advindas de situação de vulnerabilidade temporária, com prioridade para criança, família, idoso, à pessoa portadora de deficiência, gestante e à nutriz, e nos casos de calamidade pública previamente aprovado pelo COMASA;

IV - Apoiar financeiramente as entidades conveniadas de direito público na prestação de serviços de assistência social.

SEÇÃO II

COMPETÊNCIA DO FUNDO

Art. 17 - Compete ao FMAS:

I Pagamento de benefícios eventuais na forma estabelecida na Lei Federal nº 8.742/93 - LOAS (Serviços, Programas e Projetos).

II - Despesas com projetos de pesquisas, estudos, documentos e aperfeiçoamento de recursos humanos, desde que não ultrapassem a 10% (dez por cento) dos recursos do fundo.

III - Ressarcimentos de despesas, aditamentos ou pagamento de diárias aos membros e/ou pessoas a serviço do COMASA, não podendo fugir às normas aplicadas pelo Município em atos idênticos ou assemelhados;

IV - Despesas para cobertura de contrapartidas exigidas em convênios, contratos, contratos e / ou subvenções, desde que aprovados pelo COMASA, de acordo com o cronograma de desembolso estabelecido ou acordado;

V - Aquisição de material permanente e de consumo necessários à implantação e/ou implementação de benefícios, serviços, programas e projetos relativos à Assistência Social;

VI - Despesas com reforma, ampliação, instalação ou locação de imóveis para uso dos órgãos, entidades ou instituições conveniadas e cadastradas no COMASA;

VII - Pagamento de outras despesas não previstas nesta Lei, desde que autorizadas pelo COMASA;

VIII - Registrar os recursos orçamentários oriundos do Município, do Estado e União, bem como registrar os recursos oriundos dos convênios, doações e outros;

XI - Manter o controle escriturai dos recursos financeiros.

Art. 18 - O gestor do FMAS terá as seguintes atribuições:

I - Firmar convênios e contratos, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo, conforme diretrizes aprovadas pelo COMASA.

II - Administrar o FMAS e estabelecer política de aplicação dos recursos em conjunto com o COMASA.

III - Acompanhar, avaliar e viabilizar a realização das ações previstas no Plano Plurianual de Assistência Social.

IV - Submeter ao COMASA o plano de aplicação dos recursos a cargo do Fundo, em consonância com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes orçamentárias e com a lei Orçamentária Municipal;

V - Submeter à apreciação do COMASA, trimestralmente, ou quando solicitado, as prestações de contas e relatórios do FMAS

VI - Ordenar os empenos e autorizar os pagamentos das despesas do FMAS.

Art. 19 - Para atender às despesas decorrentes da implantação da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no presente exercício, Crédito Adicional Especial, obedecidas as prescrições contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 20 - O Poder Executivo Municipal terá o prazo de 30 (trinta) dias, para elaborar e apresentar ao Conselho Municipal de Assistência Social a política Municipal de Assistência Social, após a posse dos membros do COMAA.

Art. 21 - A aprovação das resoluções do COMASA, será feita em assembleia, por maioria de seus membros em primeira convocação e, caso não obtenha o "quorum" necessário, em segunda e última convocação, uma hora após, pela maioria simples e se tornarão de cumprimento obrigatório após a sua publicação na imprensa oficial.

Art. 22 - O 1º Conselho Municipal, a partir da data da posse de seus membros terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias, para elaborar seu Regimento Interno, que disporá sobre seu funcionamento e atribuições de sua Diretoria e demais Conselheiros.

Art. 23 - Caberá à Administração Pública Municipal, dotar o Conselho de infraestrutura necessária e recursos humanos para o desempenho de suas atribuições e funcionamento.

Art. 24 - Cabe ao Ministério Público Estadual zelar pelo efetivo respeito aos direitos estabelecidos nesta Lei.

Art. 25 - O Presidente do COMASA solicitará aos órgãos competentes, 30 (trinta) dias antes do término do mandato dos Conselheiros, a indicação de novos membros.

Art. 26 - O Poder Executivo Municipal tem o prazo de 30 (trinta) dias para nomear comissão paritária, entre governo e sociedade civil, que proporá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após sua nomeação, o projeto de reordenamento dos órgãos da Assistência Social na esfera municipal, na forma do art. 5º da Lei Federal nº 8.742/93.

Art. 27- Fica revogada a Lei Municipal nº 2.082, de julho de 1993, que criou o Conselho Municipal e Fundo do Bem-Estar Social, em virtude da extinção do Ministério do Bem-Estar Social através da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, art. 32 LOAS, hoje, Ministério da Previdência e Assistência Social - MAPS.

Art. 28 - O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no Prazo de 10 (dez) dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 29 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alegre (ES), 30 de junho de 1997.

GILVAN DUTRA MACHADO
Prefeito Municipal

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.